

**Reunião extraordinária**

**Data: 2024-04-08**

**Início: 09.40 horas**

**Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho**

**Termo: 11.34 horas**

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
<b>Vereadores</b>	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado
	Rita Freitas da Cunha

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

O Sr. Vereador Luís António Antunes Francisco justificou a falta à reunião e solicitou a sua substituição, ao abrigo ao artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído por Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado, a cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata. -----

**Da Ordem do Dia constavam os seguintes pontos: -----**

**N.º 01 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2023 (141/PGEN/DF/2024 - 2/PCONTAS/DF/2024)-----**

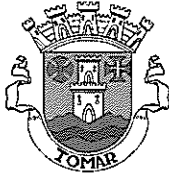
**N.º 02 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 3.100.000,00€ PARA REQUALIFICAÇÃO DE VIAS E REABILITAÇÃO URBANA – autorização prévia (143/PGEN/DF/2024 - 1/PASSFIN/DF/2024). -----**

**N.º 03 - CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO E EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE SITO NA AVENIDA DONA MARIA II (4/CPUB/DF/2024)-----**

**Sendo nove horas e quarenta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião passando a Câmara a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----**

**N.º 01 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2023 -----**

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 706/2024 da Divisão

  
2

Financeira, submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas do Município de Tomar referente ao ano de 2023, que apresenta os seguintes movimentos: -----


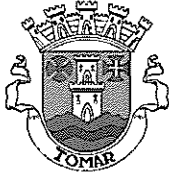
**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:** -----  
Saldo da gerência anterior: três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e um euros e noventa e oito cêntimos (3.894.591,98€); -----  
Receita: trinta e sete milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e trinta e quatro euros e setenta e dois cêntimos (37.915.534,72€); -----  
Despesa: trinta e nove milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e trinta euros e setenta e sete cêntimos (39.760.830,77€); -----  
Saldo para a Gerência Seguinte: dois milhões, quarenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco euros e noventa e três cêntimos (2.049.295,93€); -----  
Rendimentos: trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e nove euros e vinte e nove cêntimos (35.932.249,29€); -----  
Gastos: trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e nove euros e quinze cêntimos (36.443.609,15€); -----  
Resultado Líquido do Exercício: quinhentos e onze mil, trezentos e cinquenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos (511.359,86€). -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra do Vereador Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e das Sras. Vereadoras Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "O documento da Prestação de Contas do Município de Tomar para 2023 avalia a execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Partindo de um mau orçamento, como os Vereadores do PSD tiveram oportunidade de analisar em dezembro de 2022, e com uma má execução o resultado só poderia ser fraco e esta Prestação de Contas traduz esse mau desempenho da governação socialista; -----

- Em 2 anos, a governação municipal socialista gastou mais 4 milhões de euros do que recebeu. -----

o Em 2023, as despesas foram superiores às receitas em 1,845 milhões €; -----



3

o E em 2022, as despesas ultrapassaram as receitas em 2,223 milhões €; -----

- A despesa aumentou 13,8% face ao ano anterior: -----

o 2022: 34.934M€; -----

o 2023: 39.761M€ -----

o Estamos a gastar mais, quase 5M€ a mais, e não se vislumbram resultados. -----

- As despesas correntes aumentaram mais de 5M€ em apenas 2 anos. -----
- As despesas correntes em 2023 representam 67% das despesas totais. -----

o A este ritmo, vai deixar de haver saldo positivo de gerência. -----

o Para compensar a falta de receitas, mais uma vez, foi utilizado o saldo de gerência que em dois anos passou de 6,118 milhões € para 2,049 milhões €; -----

- Resultado líquido do exercício baixou 1,333 milhão €; -----
- As finanças municipais dependem do Orçamento do Estado (quase 65%); -----
- A taxa de execução da receita não cumpre a lei: -----

o Diz o artigo 56º da Lei nº 73/2013 que "No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no nº 1", ou seja, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais. -----

o Em 2022 a execução fixou-se em 79,2% e em 2023 em 73,39%, inferior a 85% em dois anos consecutivos. -----

- Receitas correntes empoladas no orçamento, o que leva a uma taxa de execução de 76%: --

o Aquando as GOP e Orçamento alertámos para o empolamento de algumas rubricas e esta prestação de contas veio confirmar: -----

§ "Outras Receitas": 4,456M€ em orçamento, 311mil€ executados; -----

§ "Venda de bens e serviços": 4,235M€ em orçamento 1.542M€ executados. -----

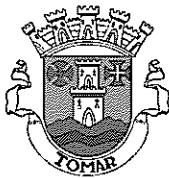
- "Desenvolvimento económico": 82% para Turismo e apenas 18% para a Economia Local, ou seja, áreas como a indústria, a agricultura e a floresta. -----
- Inversão da tendência de decréscimo do Prazo Médio de Pagamentos: -----

o 2022: 77 dias; -----

o 2023: 86 dias. 3 meses sem pagar pode não parecer muito, mas para as PME's é uma demora que pode causar problemas de tesouraria. -----

- Dívidas aos fornecedores correntes aumentaram 30%: -----

o As dívidas aos fornecedores de conta corrente passaram de 4,247 Mil Euros (2022) para 5 Milhões e 558 Mil Euros (2023) (INF.PRESIDENTE); -----

  
4

• Abuso dos ajustes diretos: -----  
o Os ajustes diretos simplificados (2,298m€) representam 89,17% dos procedimentos das aquisições de bens e serviços, colocando em causa princípios de transparência e de concorrência de mercado. -----

Vejamos em detalhe. -----  
Em termos orçamentais houve um grau de execução de 73% apesar das 16 alterações permutativas realizados ao longo de 2023. -----

Ilustram-se, mais detalhadamente, as execuções das rubricas, quer em termos de receitas quer em termos de despesas: -----

<b>Receitas Cobradas</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
Transferências Correntes do Estado	19.464.741	18.339.772	94%
Impostos	7.417.503	8.102.874	109%
Transferências de Capital (subsídios)	9.381.516	5.706.064	61%
Receitas Próprias	15.396.940	5.766.825	37%
<b>Total da Receita Cobrada</b>	<b>51.660.700</b>	<b>37.915.535</b>	<b>73%</b>

Salienta-se a execução das transferências de capital (subsídios decorrentes das candidaturas aprovadas), no valor de €5.706.064, atingindo 61% do previsto (9.381.516€). Investem-se 11 milhões de euros e apenas se conseguiram 5,7 milhões de candidaturas. As receitas de capital são largamente inferiores ao desejado, os financiamentos de projetos são muito baixos (não explicam os motivos de não se conseguirem mais subsídios). -----

Na rubrica de receitas próprias apenas se obtiveram €5.766.825, uma execução de 37% do valor estimado que havia sido €15.396.940. À data da apresentação das GOP'S e Orçamento, para 2023, deixámos bem claro o empolamento das receitas para acomodar ações que sabiam nunca ir realizar. -----

<b>Despesa Paga</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
Despesas com Pessoal	14.268.175	13.199.542	93%
Aquisição de Bens e Serviços	10.599.439	9.002.351	74%
Aquisição de Bens de Capital	19.018.486	11.180.670	62%
Outras Despesas	7.774.600	6.378.268	82%
<b>Total das Despesas</b>	<b>51.660.700</b>	<b>39.760.831</b>	<b>77%</b>

Em termos de despesas salientam-se os aumentos significativos da despesa total em 13,9%, sendo o aumento da despesa corrente em 9%, face ao ano anterior. -----



O saldo corrente é o segundo mais baixo dos últimos 5 anos. O saldo de capital foi negativo em €6.873.803,12, o que significa que o investimento realizado foi largamente superior às receitas de capital.-----

Verifica-se que pelo segundo ano consecutivo se verifica um défice orçamental superior a 2 milhões de euros. A Câmara está a gastar a um ritmo tal que coloca em risco o equilíbrio de tesouraria. Salienta-se a evolução da liquidez geral nos últimos 4 exercícios, sendo a registada em 2023 a mais baixa com o valor de 0,33. Se continuar a descer pode comprometer a capacidade de fazer face a compromissos futuros. -----

Passando à análise de gestão verifica-se que a execução dos objetivos ficou muito aquém: ----

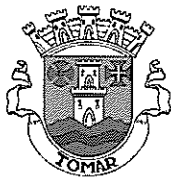
Tabela 3 - Objetivos Estratégicos

	Orçamento 2023	Execução	Taxa de Execução
1. Coesão, Inclusão Social e Saúde	6 982 013,00 €	4 703 793,44 €	67%
2. Desenvolvimento Urbano	12 611 516,00 €	8 509 885,36 €	67%
3. Desenvolvimento Económico	3 730 021,00 €	2 898 283,95 €	78%
4. Transição Climática e Sust. de Recursos	2 062 205,00 €	1 094 666,97 €	53%
5. Gestão e Equilíbrio Financeiro	398 817,00 €	287 916,89 €	72%
6. Processos Internos	2 568 550,00 €	1 975 146,20 €	77%
<b>Total</b>	<b>28 353 122,00 €</b>	<b>19 469 692,81 €</b>	<b>69%</b>

**1. Coesão, Inclusão social e Saúde – execução de 67%** -----

No documento pode ler-se: "É fundamental para uma sociedade saudável e próspera o impacto do objetivo da Coesão, Inclusão social ... "De facto o mesmo incluía a saúde. Mas esta componente – **Saúde, foi completamente esquecida. – Sem execução nenhuma.** É lamentável que o executivo socialista tenha o levantamento da realidade das instalações onde funcionam os cuidados de saúde-----

primários, há mais de 6 anos, quando foi feito o levantamento e nada foi planeado, ou realizado. Todos sabemos da relevância desta resposta para as populações. É indiscutível que para existir serviços de saúde são necessários profissionais, mas também, atualmente os profissionais não aceitam trabalhar sem condições. Este executivo escondeu, durante 4 meses, a decisão que tomou à revelia da reunião de Câmara de assinar o auto de transferência de competências na área da saúde.-----



6

Já na Habitação a execução ficou-se pelos 44%, um objetivo prioritário que não passou disso mesmo. E que ficou marcado pelo caso de aquisição de propriedades com imóveis ilegais (Cardelas) e também pelos procedimentos em Valbom que, à data de hoje, nada se sabe quanto ao seu andamento. -----

### **3- Desenvolvimento Económico** -----

Verifica-se que foram alocados cerca de 3 milhões de euros ao Turismo, 10% do orçamento – em Turismo sem estratégia. -----

Destacar que o executivo não faz qualquer esforço por incentivar o investimento em outras áreas para o desenvolvimento económico. Por exemplo, a criação de eventos (por exemplo feira de âmbito industrial, agrícola ou mesmo de serviços), para atrair potenciais investidores; criação de estruturas de apoio a empreendedores, quer a nível administrativo, quer a nível desenvolvimento de produtos ou serviço durante os primeiros anos de vida da empresa; captação de investimento, ajuda a fixação de pessoas no conselho e naturalmente ajuda a economia local que depende em muito dos habitantes da região. -----

O turismo é importante, mas não podemos apostar numa única área da economia. -----

### **4- Transição Climática e sustentabilidade dos Recursos** -----

Da análise dos programas que, apesar de serem muito pouco ambiciosos para o nosso Município, que ao nível dos espaços verdes e linhas de água a execução é de 38%. (pág. 35). Um executivo que aposta no Turismo e cuida muito pouco dos espaços verdes. Há muito que deixámos de ser a Cidade Jardim! -----

- Eficiência Energética – apesar das considerações genéricas sobre as opções tomadas, são inexistentes as análises de quanto se poupa e os comportamentos esperados no futuro. -----

Em termos mais gerais, identificam-se, desde o documento previsional, um conjunto de contradições:-----

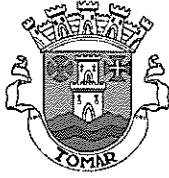
- Posicionamento do Presidente e seu executivo face ao Orçamento e GOP: -----

- documento que traduz resposta a necessidades, por um lado, -----
- ilustra um conjunto de vontades-----

Fica à vista de todos o desnorte e falta de capacidade da governação para traçar um plano ou sequer para cumprir aquilo a que se propõe: -----

### **Apresentação e votação das GOP e Orçamento para 2023 (dezembro 2022)** -----

Assumiram que "... a opção no ano de 2023, será a de reduzir significativamente o número de intervenções, assumindo-se apenas as seguintes: reabilitação do CM1119, reabilitação da Choromela, requalificação do Casal dos Frades e obviamente as intervenções relacionadas com



7

a implementação da ELHT, sendo estas as mais significativas e que exigem maior esforço financeiro.”-----

E constavam da Tabela 16 do documento das GOP 2023: -----

o CM1119 (estrada da cabine) – 350.000,00 -----

o Reabilitação do Casal dos Frades – (Parque Infantil) – 200.000,00 -----

o Estrada da Choromela Av. Duarte Faustino 250.000,00-----

o Aquisição de terrenos diversos (estratégia Local de habitação) – 180.000,00-----

**Apresentação e votação da Prestação de Contas (2023)** -----

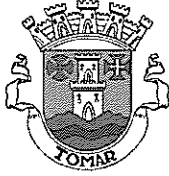
Nada do que foi assumido foi realizado! Nenhuma das intervenções, do reduzido número de intervenções, aconteceu.-----

Esta prestação de contas reflete os “zig zags” desta gestão municipal socialista. -----

Ficam patentes a falta de compromisso e a falta seriedade, afinal é da utilização dos dinheiros públicos que se trata. E não poderá continuar a ser com esta leviandade! -----

Por isso, os Vereadores do PSD votam contra.”.-----

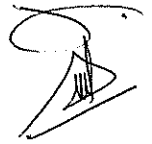
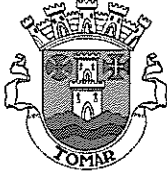
**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente** referiu que este é um documento essencialmente técnico que, através dos números, retrata a execução orçamental no ano transato, e também a execução das prioridades estabelecidas pela governação, mas não explica os condicionalismos externos a que estiveram sujeitos, nomeadamente a abertura mais precoce ou mais tardia, das candidaturas a fundos comunitários, e o muito trabalho realizado. Salientou que a despesa paga teve um acréscimo de treze vírgula oito comparativamente com o ano imediatamente anterior, e se destaca o crescimento das despesas com o pessoal - resultante de aumentos salariais e de progressões de carreira que, de uma forma ou de outra, abrangeram a quase totalidade dos funcionários municipais - e da rúbrica de encargos de instalações - que passaram a incluir as duas escolas secundárias da cidade; estão em causa, essencialmente, despesas com energia e água e o impacto teria sido ainda maior se não viessem, há alguns anos, a adotar um conjunto de medidas, nomeadamente a substituição da iluminação por tecnologia led na generalidade das instalações municipais, a utilização de água não tratada para rega de espaços verdes e a contínua verificação da necessidade de todas as instalações que, na área do concelho, têm contadores assumidos pelo Município; as transferências correntes representam treze vírgula doze por cento da despesa total e correspondem, no essencial, às transferências para as Freguesias, através dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos, e aos apoios às associações e instituições da comunidade, que são muito significativos em termos de valor e se multiplicam na economia



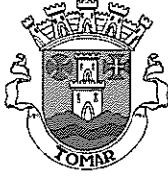
local e, em muitos casos, também representam muitos postos de trabalho; a despesa de capital alcançou uma taxa de execução de sessenta e cinco vírgula quatro por cento, com a rubrica "aquisição de bens de capital" a absorver oitenta e cinco por cento dessa despesa, no essencial investimentos nas grandes obras, das quais, pela sua dimensão, se destacam a reabilitação da Igreja de São João Baptista, o Largo do Rossio, em Cem Soldos, e a aquisição dos autocarros elétricos para os transportes urbanos (três deles, pagos neste ano). Sublinhou que o Município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental e que, no essencial, a diminuição no resultado líquido se ficou a dever ao aumento dos gastos com pessoal e com fornecimentos e serviços externos, e das transferências concedidas, também devido à realização da Festa dos Tabuleiros. Sublinhou que, no último trimestre do ano, o prazo médio de pagamento era de oitenta e seis dias; ainda não está como desejam, mas, ao longo da década, têm vindo a fazer um esforço nesse sentido e a redução tem sido muito significativa, nomeadamente para os pequenos fornecedores e os fornecedores locais, cujo prazo é ainda menor. Salientou que a execução orçamental ficou um pouco abaixo do esperado e planeado, essencialmente devido à não execução de obras financiadas, com destaque para a requalificação da Escola Básica de segundo e terceiro ciclos Gualdim Pais e os empreendimentos na área da habitação (o primeiro acordo de execução com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana só foi assinado em setembro, e o segundo já no corrente ano), apesar de os projetos estarem a fazer o seu caminho. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que, no final de cada ano, definem as linhas estratégicas do desenvolvimento local para o ano seguinte, identificam projetos e ações para dar resposta a necessidades coletivas da população, aos quais alocam receitas e despesas; agora, está em apreciação o documento que traduz a forma como a Câmara Municipal realizou a sua atividade ao longo do ano transato e como é que esta se refletiu nas contas municipais; em termos orçamentais, no global, foi executada setenta e três por cento da receita cobrada, mas o nível de execução difere nas quatro sub-rubricas: -- nas transferências correntes do Estado, o grau de execução é de noventa e quatro por cento e, tal como aconteceu a nível nacional, os impostos ultrapassaram os cem por cento; -- nas transferências de capital, onde se incluem os valores recebidos por via das candidaturas, a execução é de sessenta e um por cento; as receitas próprias da autarquia foram previstas em quinze milhões de euros, mas só se arrecadaram cinco milhões e setecentos mil euros, ou seja trinta e sete por cento; na prática, ao longo do tempo, e também no orçamento em vigor, a gestão tem empolado a receita para acomodar todas as despesas, mas, depois, não executa a receita e não realiza as



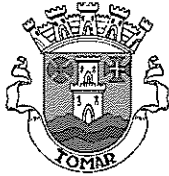


obras e as medidas que são necessárias; a despesa aumentou treze vírgula nove por cento em relação ao ano anterior, a despesa corrente nove por cento, e, em termos globais, a execução foi de setenta e três por cento, apesar das dezasseis alterações permutativas concretizadas ao longo do ano; as despesas com pessoal totalizaram treze milhões, cento e noventa e nove mil euros (noventa e três por cento de execução), a aquisição de bens e serviços, nove milhões de euros (setenta e quatro por cento de execução), a aquisição de bens de capital, o investimento propriamente dito, onze milhões de euros (sessenta e dois por cento de execução), e as outras despesas, seis milhões de euros (oitenta e dois por cento de execução), ou seja, investiram-se onze milhões de euros, mas só se conseguiram obter cinco milhões de financiamento, o que é muito pouco, para além de poderem ainda apreciar as escolhas dos projetos previstos no orçamento em detrimento daqueles que não foram considerados. Salientou que, pelo segundo ano consecutivo, o saldo corrente é negativo em dois milhões de euros, ou seja, a Câmara gasta a um ritmo exagerado que não é acompanhado pelas receitas, a liquidez geral tem vindo a decrescer ao longo dos anos e é agora de zero vírgula trinta e três, e, conforme está explícito na página setenta e quatro, há questões que põem em causa o equilíbrio da tesouraria. Em termos de cumprimento dos compromissos assumidos face aos objetivos que a Câmara tinha para executar nas Grandes Opções do Plano, destacou que: -- na Coesão Social, Inclusão Social e Saúde, a taxa de execução foi de sessenta e sete por cento, mas foi zero na Saúde – foi feito um levantamento, há mais de seis anos, e os problemas deviam ter sido considerados, para além de que, à revelia deste órgão, foi negociado o auto de transferência no domínio da saúde, mas nada foi executado nesta área, onde existem graves problemas e as populações necessitam de ter uma resposta; para haver bons serviços de saúde, precisam de profissionais e de condições para os profissionais executarem os serviços, porque essas condições fazem a diferença para quem se quer fixar nos vários territórios para desempenhar as suas funções e exercer a sua profissão; a Habitação foi considerada uma das prioridades do Executivo Municipal, mas teve uma reduzida taxa de execução (quarenta e quatro por cento) e envolveu casos de aquisições ilegais de casas ou terrenos, casos de propostas de investimento que desconhecem, apesar de terem solicitado informação sobre o andamento dos processos, nomeadamente o da Habitação Social em Valbom; -- O Desenvolvimento Urbano fica muito aquém do que foi previsto; -- no Desenvolvimento Económico, as verbas foram praticamente colocadas no turismo e em eventos e entretenimento; o Sr. Presidente refere que foram transferidos cerca de três milhões de euros para as Freguesias, mas até é pouco, porque cerca de seiscentos e cinquenta mil euros são os meios associados à transferência de competências

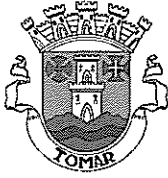


10

que a Câmara deixou de exercer para passarem para a esfera das Freguesias que aceitaram esse compromisso, e o resto são investimentos no âmbito dos contratos interadministrativos, sendo certo que, em muitos casos, as Freguesias fazem muito melhor; se compararem, ao mesmo nível, os investimentos em vias, e outros, verificam que é lastimável a qualidade das obras que a Câmara executa, ou que protocola, nomeadamente com a Tejo Ambiente, para pavimentação de vias; como tem sido prática deste executivo, houve um completo esquecimento das atividades agrícola, industrial e de serviços; não existem respostas para os empreendedores, não existem espaços disponíveis para as empresas se fixarem, não existe uma estratégia para este concelho crescer, se desenvolver e se manter, ou recuperar muito daquilo que já foi; o turismo é importante, mas não podem apostar sempre numa área de atividade. Referiu que o documento é exigente e composto de muitos números; alguns ilustram uma parte da história, mas faltam muitos outros para que possam compreender melhor várias situações; o Sr. Presidente referiu que o custo das instalações aumentou muito, mas a Câmara tem investido, nomeadamente na substituição da iluminação por Led ou na diminuição dos consumos de água tratada, mas era bom que este documento apresentasse números, ou que tivessem acesso aos estudos e ao comportamento desses consumos e gastos; o Sr. Presidente dá sempre a ideia de que foram feitas as opções corretas, mas nunca apresenta evidências das escolhas e, também nesta matéria, ficam apenas com a sua opinião, sendo certo que um verdadeiro retrato da situação tem que ser ilustrado e documentado com números e com comportamentos, com intenções ou objetivos, e com resultados e desvios; é verdade que os orçamentos são dinâmicos, ajustáveis, passíveis de serem mudados e alterados, e também é verdade que, no orçamento para o ano de dois mil e vinte e três, se considerou como um documento previsional que, tendo em conta as necessidades, tenta antecipar as oportunidades, mas, numa autarquia, depende de muitos fatores, nomeadamente as receitas, que não determina diretamente, e, nesse contexto, foram elencadas um conjunto de vontades, mesmo sabendo que só se realizariam se se obtivesse a receita, desde logo por via das candidaturas, ou seja, o documento traduziria uma resposta às necessidades, mas mostrava um conjunto de vontades, o que até é contraditório; ao longo destes mandatos, os Planos e Orçamentos têm sido, sistematicamente, desvalorizados pelo Sr. Presidente e pelo seu executivo; as necessidades são sempre superiores aos recursos e é inevitável ter que estabelecer prioridades e alocar os recursos da melhor forma, o que implica planeamento, mas este não existe: em dezembro de dois mil e vinte e dois, quando o plano e orçamento foi apresentado, foi assumida a opção de reduzir significativamente o número de intervenções e

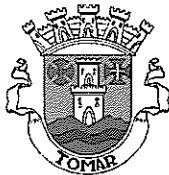


de apenas realizar a reabilitação do caminho municipal mil, cento e dezanove (estrada da Cabine, em São Pedro), a reabilitação da Choromela, a requalificação do Casal dos Frades e as intervenções relacionadas com a Estratégia Local de Habitação, sendo estas as mais significativas e que exigiam um maior esforço financeiro; a estes objetivos correspondiam os valores de trezentos e cinquenta mil euros, duzentos mil euros, duzentos e cinquenta mil euros e cento e oitenta mil euros, respetivamente, e o falhanço foi total, porque não aconteceu nenhuma dessas intervenções. Referiu que este executivo está há dez anos no poder e têm vindo a assistir a um espetáculo de exibicionismo e arrogância, no sentido em que as suas escolhas foram sempre as corretas e que sempre desprezaram as sugestões da oposição, ignorando e desvalorizando os sinais evidentes e alarmantes do declínio do concelho: a redução demográfica, a ausência de apoios aos jovens e a consequente fuga dos mesmos, a ausência de resposta para empreendedores e para fixação ou desenvolvimento de empresas, o fraco investimento, a inexistência de habitação e as questões da saúde; no ano de dois mil e vinte e três, não foi diferente; em janeiro, o projeto de requalificação do Estádio Municipal, no valor de três milhões de euros, já não era para avançar; nada aconteceu ao Palácio Alvim, apontado pelo atual Presidente como hipótese para o ninho de empresas, depois de ter sido apontado, em setembro de dois mil e vinte e dois, para utilização pelos serviços municipais, e, em dois mil e vinte e um, para residência de estudantes, imóvel que se continua a degradar e, mais grave ainda, sem que, em Tomar, exista uma oferta de ninho de empresas; em março, a Hertz adiantava que a Câmara ficaria responsável pela execução e concretização do projeto e reabilitação do Convento de São Francisco, mas, até hoje, não se sabe se vai avançar, quando e com que recursos; em outubro, quando o Sr. Presidente assumiu essas funções, assumiu que a gestão passaria por algumas afinações e que o dossier da habitação era um dos prioritários; também nesta área, têm existido vários episódios, e as execuções ilustram a ausência de resposta nesta área; a concretização dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência ficou abaixo dos mínimos, mas isso não faz manchetes; desconhecem qual é o alinhamento da estratégia com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, apesar de o terem questionado; confirma-se a tal gestão do conjunto de vontades - num mês, vontades de uns, noutra mês, vontades de outros - e pouco do que foi assumido perante os eleitos da Câmara Municipal, e os cidadãos que representam foi concretizado. Referiu que esta prestação de contas reflete os ziguezagues desta gestão socialista, e ficam patentes a falta de compromisso e de seriedade, e a utilização de dinheiros públicos não poderá continuar a ser feita com esta leviandade. -----



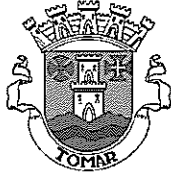
12

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que esta prestação de contas reflete o desempenho e a execução do orçamento de dois mil e vinte e três; o ponto de partida era mau, e mereceu o voto contra dos vereadores do PSD, e a prestação de contas é o espelho do mau desempenho da governação socialista no ano passado, e da má execução do mau orçamento; os pontos críticos saltam à vista, desde logo que foram gastos mais quatro milhões de euros do que se recebeu o que, numa família ou numa empresa, seria altamente inviável e insustentável; no ano dois mil e vinte e três, as despesas foram superiores às receitas em quase dois milhões de euros e, no ano anterior, também já tinham sido superiores em pouco mais de dois milhões de euros; por outro lado, a despesa aumentou quase catorze por cento, o que significa que gastaram mais cinco milhões de euros do que tinham gasto no ano anterior; o dinheiro podia ter sido gasto em investimento reprodutivo no território e ser notória a melhoria da qualidade de vida, mas isso não acontece; as despesas correntes já representam sessenta e sete por cento do total das despesas e, em dois anos, passaram de vinte e um milhões de euros para vinte seis milhões de euros; a este ritmo, e tendo em conta também a questão de se estar a gastar mais dois milhões por ano do que se recebe, irão deixar de ter saldo positivo da gerência, que tem vindo a ser utilizado e que, em dois anos, reduziu de seis milhões, cento e dezoito mil euros para dois milhões e quarenta e nove mil euros, o que será, seguramente, um problema; comparativamente com o ano anterior, o resultado líquido do exercício baixou um milhão e trinta e três mil euros; salta igualmente à vista que as finanças municipais dependem muito significativamente do Orçamento do Estado; na sua mensagem, o Sr. Presidente diz que, durante o ano de dois mil e vinte e três, esteve na busca por fundos de financiamento, mas isso não terá corrido muito bem, porque quase sessenta e cinco por cento da receita vem do Orçamento do Estado; é uma questão muito pertinente a ter em conta no futuro porque as verbas do Orçamento do Estado e os impostos diretos representam oitenta e quatro por cento do total das receitas municipais e, como têm vindo a alertar desde o primeiro dia, há necessidade de procurar fontes de financiamento alternativas que possam impulsionar o investimento no território. Referiu que a taxa de execução da receita é baixa, pelo segundo ano consecutivo, e está abaixo do patamar definido pela Lei número setenta e três barra dois mil e treze (oitenta e cinco por cento); em dois mil e vinte e dois, tiveram a execução nos setenta e nove por cento, e, no ano em apreço, baixou para setenta e três vírgula trinta e nove por cento, o que, de acordo com a lei, como o próprio documento reconhece, os obriga à prestação de informação a um conjunto de entidades; verificam a dependência das receitas correntes e do saldo da gerência para fazer os investimentos, e este tem vindo a diminuir; por



13

outro lado, fica bem claro o empolamento das receitas para fazer face às despesas, nomeadamente na rúbrica Outras Receitas, orçamentada em cerca de quatro milhões, quinhentos mil euros, e apenas trezentos mil euros executados, e na Venda de Bens e Serviços, orçamentada em quatro milhões, duzentos mil euros, e executados um milhão, quinhentos mil euros, denotando uma falha significativa da capacidade de executar aquilo que, na realidade, nunca esperaram executar. Salientou que o Desenvolvimento Económico devia ser fundamental na abordagem da ação governativa municipal, mas voltam a ver que oitenta e dois por cento foi alocado ao turismo; é a aposta da maioria, mas tem os seus riscos colocar os ovos todos no mesmo cesto, como também se viu na situação do Covid, e deixar de se apostar na área dos serviços, da indústria, da agricultura e da floresta; o concelho é rico noutros setores de atividade, e noutras áreas de negócio, mas a maioria continua a alocar a quase totalidade do investimento no turismo em detrimento da economia local. Salientou que as despesas com o pessoal aumentaram oitocentos mil euros e totalizam treze milhões, duzentos mil euros -- dada a previsibilidade destas despesas, estranha o diferencial de cerca de um milhão de euros em relação ao previsto em orçamento (catorze milhões, duzentos mil euros) e deveria ser explicado --, e é preciso ter em atenção que este valor condiciona, e vai continuar a condicionar, a gestão municipal. Referiu que, na introdução, o Sr. Presidente apontou a redução do prazo médio de pagamento como uma bandeira, e bem, porque deve ser o menor possível, e falou numa tendência decrescente, sendo certo que oitenta e seis dias ainda é muito tempo para a tesouraria das empresas terem que suportar impostos como o IVA, e que o prazo aumentou em relação ao ano de dois mil e vinte e dois (setenta e sete dias); esperam que seja uma situação extemporânea e que a tendência decrescente se possa manter. Salientou que a dívida aos fornecedores correntes aumentou cerca de trinta por cento e se continua a utilizar e a abusar dos ajustes diretos, quando esta não deveria ser a principal forma de contratação pública; os ajustes diretos simplificados representam quase noventa por cento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e põem em causa os princípios da concorrência e da transparência. Sublinhou que, em termos políticos, e de avaliação da capacidade de executar o orçamento, e de desempenho na ação governativa face aos grandes objetivos que foram definidos para o ano de dois mil e vinte e três, esta prestação de contas é uma mão cheia de nada e um falhanço completo; não tiveram a capacidade de executar nenhum dos grandes objetivos que apresentaram como grandes bandeiras, grandes projetos e grandes obras, nomeadamente a requalificação da zona da Choromela e de Casal dos Frandes, os separativos do saneamento no centro histórico, a requalificação da Escola Gualdim Pais, o



14

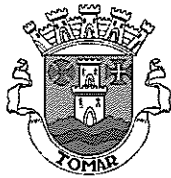
Skate Parque e o Jardim de Infância na Raúl Lopes; é o descalabro completo das ideias e intenções desta governação para o Município e para o concelho, e o descalabro tem um número: oito milhões de euros que propunham investir no território e não aconteceu, e seria bom que aproveitassem para reconhecer o erro e emendar o caminho, mas o Orçamento para dois mil e vinte e quatro já é conhecido e, infelizmente, não se vislumbra qualquer capacidade ou vontade de fazer diferente e de fazer melhor. -----

**O Sr. Presidente** referiu que, independentemente do que se diga, sabem quais são as posições de cada força política; sempre foi assim nos últimos anos e hoje não seria diferente; ainda tem mais anos de oposição do que de governação, e sabe, por experiência própria, que fazer oposição não é um trabalho fácil; está-se sempre em défice em relação a quem está na governação, mas, perante isso, há várias formas de a exercer, umas mais construtivas outras mais populistas; há muito tempo, como vão vendo, reunião após reunião, entre outras coisas pelo meio, que os vereadores do PSD adotaram a estratégia do isto está mal, está muito mau, nunca esteve tão mau, mas isso não bate certo com a realidade que a comunidade, pelo menos a maioria, vai percebendo, apesar de haver sempre questões a resolver e dificuldades no caminho; só quem faz consegue saber ou aceitar, e ninguém nega que há dificuldades, mas a ideia que isto está mau, está muito mal e nunca esteve tão mau, é uma construção da narrativa da oposição que não corresponde à realidade. Realçou que não conseguiu ver qualquer análise técnica ao documento, só avaliação política, e, perante alguns dos argumentos apresentados, terá que falar do passado; em política, a memória é curta, mas quem a tem, e anda nisto há muitos anos, sabe que alguns dos argumentos agora utilizados já eram utilizados há muitos anos; o passado condiciona o presente, as opções e aquilo que é possível fazer, e ainda está para perceber qual foi a iniciativa que tiveram nos dezasseis anos de governação do PSD; não podem dizer que não são as mesmas pessoas, porque um partido é um partido e as pessoas que, em cada momento, o representam têm que ser responsáveis sucedaneamente pela ação do partido; continuam a falar do parque empresarial, dos investidores e dos investimentos, mas, nessa altura, tudo foi piorando neste setor; falam da habitação e tentam colocar casos - já reconheceram e assumiram publicamente a responsabilidade política pela única situação que ocorreu, sendo certo que só erra quem faz, têm feito muito e essa situação está fechada - mas, nessa altura, fizeram zero; a Cooperativa Nabância colocava casas no mercado a melhores preços e criava concorrência, e, na altura, nada foi feito para evitar a sua falência, ou seja, não fizeram por iniciativa própria e não fizeram colaborando com o que existia na comunidade; agora, a habitação tem sido uma



15

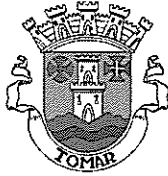
aposta, o parque habitacional municipal tem aumentado, as casas têm sido melhoradas e muito se tem feito, mas não se pode fazer tudo de uma vez; a habitação continua a ser uma aposta mas não era possível ter um grau de execução maior porque até à execução há muito trabalho a fazer e os protocolos com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a principal fonte de financiamento, foram assinados, num caso em setembro, e no outro já no corrente ano; lançaram uma oferta pública de aquisição para sessenta fogos e, no conjunto, serão mais de cem os fogos que vão ser colocados à disposição dos tomarenses e do mercado de arrendamento. Sobre a questão das finanças, do orçamento e da prestação de contas, sublinhou que é fatual que a saúde financeira do Município não estava tão boa há décadas e, pelo meio, têm vindo a resolver problemas grandes de dívida municipal, como os mais de seis milhões de euros à Parq T – há dois anos, estavam a pagar juros mensais a nove por cento, e conseguiram resolver, mas a dívida ainda está a ser paga, e condiciona a ação; receberam da governação anterior a questão da San José, resolveram e tiveram que pagar cerca de novecentos mil euros, o que também condiciona as opções do presente e a execução; falaram do Casal dos Frades e, por muito que lhe custe, e tenha apreço pelo projetista, tem que lembrar que para executar é preciso haver projeto e, apesar da insistência, este ainda não foi entregue (mas teve tempo para ir com os vereadores do PSD fazer campanha para o local); até lhe custa a acreditar que tenham falado do Estádio Municipal quando, na governação PSD, o equipamento foi demolido sem ter havido o cuidado de, pelo menos, garantir que outra governação pudesse pegar no assunto e edificar; esse cuidado não existiu e passou a aplicar-se legislação posterior que não permite recuperar uma instalação que, formalmente, não existe há vinte anos; há muito tempo que o empolamento da receita é usado como argumento e tem memória de, há quinze/vinte anos, haver execuções bem menores, empolamentos maiores, e do que toda a oposição dizia; as regras orçamentais são o que são, as Câmaras trabalham com as regras que existem e, maior ou menor, tem que haver sempre empolamento, para evitar ter um orçamento mais reduzido e muito mais castrador de oportunidades que possam surgir; se quiserem ser ambiciosos, há sempre projetos que não serão executados, porque dependem de oportunidades que possam surgir, mas, se não as colocarem, estarão, à partida, a assumir que não vão acontecer, e isso é que seria errado, na perspetiva da atual governação, e também da anterior, porque, na governação do PSD, os orçamentos chegaram a ser superiores e com execuções bem mais pequenas do que aquela que realizaram no ano em apreço; alegam que só se conseguiram cinco milhões de euros de investimento, mas é preciso perceber que, entre a execução e o pagamento do financiamento, há tempo de mora, e,



16

muitas vezes, o financiamento não chega no mesmo ano que a obra foi executada; os pagamentos dos fundos comunitários demoram o seu tempo e, em grande parte, acontecem depois da obra ter sido finalizada, e isso tem implicações nos números apresentados; sobre o saldo negativo, brincaram um pouco com os números, mas o Município não deixou de cumprir as regras orçamentais, e o saldo de gerência é o que é, e não pode ser somado como foi; realçam zero por cento de execução na saúde, esquecendo que, só em dezembro, aprovaram a descentralização de competências neste domínio e que não poderiam ter executado, mas as avaliações e os projetos estão a ser feitos, em articulação com a Unidade Local de Saúde e com os Srs. Presidentes de Junta; sobre o entretenimento, as festas e festinhas, na verdade, a comunidade já não tem paciência para essa abordagem e esse tipo de argumento - como é dito na rua, e é visível, acotovelam-se para ir a tudo o que é festa e festarola, para aparecer nas fotografias e, depois, aqui, criticam o entretenimento e as festas e festarolas; muitas vezes, vão para além das competências de um vereador que não esteja mandatado para o efeito, e até se fazem convidados de alguns dos eventos, mas vêm, sistematicamente, criticar o entretenimento; precisam de ser coerentes com aquilo que dizem e afirmam, e, se são contra, coerente seria não ir; acham que o dinheiro para as freguesias até é pouco, mas é muito mais do que alguma vez foi transferido para as freguesias; é verdade que uma parte é para a delegação legal de competências, mas a lei não obriga a que aconteça, nem define os valores, e estes podiam ser muito menores; é natural que os Srs. Presidentes de Junta queiram sempre mais, e o Município também gostava de poder distribuir mais, mas nunca foram transferidos tantos recursos para as Freguesias, e têm trabalhado, com transparência e com rigor, com todas as Juntas; reclamam estudos sobre a diminuição de custos com as instalações, mas qualquer cidadão percebe que, quando se muda uma lâmpada tradicional por tecnologia LED, os proveitos são imediatos, e é fatual que foram substituídas milhares de lâmpadas nos edifícios municipais, e não será preciso nenhum estudo para comprovar que houve proveito; se a rega dos espaços verdes e jardins era assegurada com água da rede e, agora, boa parte, pelo menos na cidade, utiliza água de outra proveniência, nomeadamente diretamente do rio, é lógico, para toda a gente, que há um grande proveito; poderão fazer estudos, mas, para isso, os funcionários deixarão de fazer outras tarefas, ou terão que pagar a alguém para os executar. Saliu que a diferença de custos com o pessoal foi a única questão concreta apresentada e decorre do facto de o cálculo ter em conta o mapa de pessoal e não apenas os lugares efetivamente preenchidos, e nem todas as vagas serem ocupadas. No que se refere ao prazo médio de pagamento, referiu que, na página setenta e cinco, se

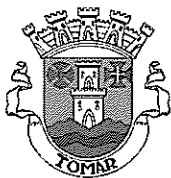




17

apresenta um gráfico desde o primeiro trimestre de dois mil e dezassete (mas podiam ir a dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e treze) onde se pode verificar a tendência decrescente que referiu; no primeiro trimestre indicado, o prazo era superior a quatrocentos dias (a dívida à San José que herdaram da governação anterior estava contabilizada desde dois mil e nove e, até que se conseguiu alterar a classificação orçamental, empolava muito o prazo); a verdade é que, na última década, têm vindo sempre a baixar o prazo médio de pagamento e querem que baixe ainda mais, pelo menos até menos de sessenta dias, mas a evolução tem sido muito positiva, a par também com a evolução da dívida de longo prazo, nomeadamente dos compromissos com empréstimos bancários ou dívidas, claramente com grande impacto no apoio à economia local; em outubro de dois mil e treze, quando assumiram a governação, havia associações de pais a prestar um serviço importantíssimo à comunidade, mas só uma ou duas tinham os pagamentos em dia, e a maioria delas não recebia há nove meses; mudaram o paradigma e, agora, as associações de pais e outras associações que são parceiras do Município na área da educação recebem no início do trimestre, antes de prestarem o serviço, e, no final do ano é feito o encontro de contas, e tem havido idêntico cuidado com os fornecedores locais e os fornecedores mais pequenos, que recebem muito abaixo desta média de pagamento. -----

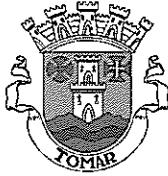
**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que já estão habituados ao discurso redondo do Sr. Presidente e que, para justificar, fale sempre das mesmas coisas, de uma maneira diferente, mas não podem ignorar aquilo de que os acusou, ou discordou completamente. Refutou que a oposição não seja construtiva porque é factual que têm feito tudo o que lhes é possível e apresentado propostas que, depois, andam anos em gavetas, ou são aprovadas e continuam anos em gavetas, como aconteceu, por exemplo, na questão do regulamento dos incentivos e apoio às famílias, aos jovens, às empresas e às associações, que, apesar de ser obrigatório, demorou dois anos e seis meses para ser realizado e não vai ter aplicabilidade porque a maioria, que lida mal com as leis quando elas condicionam, não quer que tenha; nesta casa, o Sr. Presidente é o fazedor, mas, mesmo sem terem funções executivas, conseguem perceber muito bem o que se passa, se bem que não possam interferir mais do que lhes é possível nas reuniões do órgão; como vereadores da oposição, com o pouco tempo que têm, só lhes é possível tentar obter informação e, na maioria dos casos, ela não lhes chega (esta reunião extraordinária, por exemplo, foi convocada sem qualquer aviso prévio na quarta-feira à noite); vão fazendo o acompanhamento possível das situações e dos assuntos, mas, por muito que lhes apetecesse, não podem vir fazer a gestão municipal. Salientou que é



18

verdade que o auto de transferência de competências no domínio da saúde foi aprovado pelo órgão deliberativo em dezembro, mas não é sério evocar a situação como justificação para a não execução, porque também é fatural que, à revelia de toda a oposição, e, se calhar, também dos vereadores da maioria, o auto foi assinado em abril, e só em agosto tomaram conhecimento do ato; por outro lado, é bom que a mudança se vá fazendo, porque a população de Tomar votou nesta governação para uma mudança, sendo certo que, só no fim, poderão ver se não irão ficar muito pior do que já estão, como lhe parece. Realçou que não percebe como é que o Sr. Presidente pode dizer que os vereadores da oposição se fazem de convidados para eventos, mas ainda bem que o fez, porque é uma oportunidade para dar nota que, mesmo não tendo funções executivas, deveriam ser chamados a participar na assinatura de protocolos e outros documentos que são aprovados neste órgão, mas são completamente ignorados, e são sempre os mesmos fazedores a aparecer nas fotografias; se vão a algum sítio, ou a eventos promovidos por algumas associações sem fins lucrativos, com o objetivo de angariação de fundos, pagam para participar, e não são merecedores desse tipo de insinuação e de acusação. No que se refere às associações de pais, aos atrasos nos pagamentos e às alterações, referiu que a mudança foi a bandeira da governação PS, mas, na verdade, há associações que prestam serviços que estão meses sem receber para poder pagar aos professores das atividades de enriquecimento curricular, e o Sr. Presidente deve ver bem o que diz porque nem tudo é verdade. -----

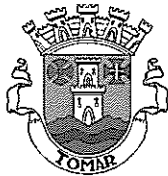
**O Sr. Presidente** referiu que redondo, e pleno de insinuações, foi o discurso da Sra. Vereadora; por um lado, seria bom que, se conhece, identificasse a(s) associação(ções) que está(ão) na situação que indicou porque, por muito que, por vezes, isso corra por aí, não corresponde à verdade, se bem que possa sempre ocorrer alguma falha; no âmbito do programa de apoio ao associativismo, as associações têm que apresentar os relatórios das atividades apoiadas e, às vezes, só o fazem um ano depois, e não podem receber sem cumprir as condições obrigatórias, mas é assunto do âmbito interno das associações e não responsabilidade do Município; por outro lado, nos termos da lei, as competências dos vereadores, nomeadamente na representação, são aquelas que o Presidente delegar e, na verdade, não foi um nem dois nem três dirigentes associativos que lhe ligaram, ou a alguém, a dizer que o Vereador A ou a Vereadora B queriam ir lá, ou alguém pedira por eles, e até pediam para ficar na mesa; é uma criancice, mas é o que acontece, e as pessoas sabem isso; não tem qualquer problema que vão e estejam onde quer que seja, e é isso que responde sempre, mas, este mandato, têm-se passado coisas, até a esse nível, que não são normais;



19

são diferentes formas de estar, mas já anda nisto há muitos anos e nunca aconteceram em nenhum outro mandato, fosse qual fosse o partido a governar. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que não pode admitir ao Sr. Presidente a falta de respeito para com os vereadores do PSD, até a falta para com a verdade; se está a exigir que indiquem as associações com quem estarão em falta nas atividades de enriquecimento curricular – irão apresentar um requerimento como deve ser e voltarão a falar do assunto quando receberem a resposta -, também lhe exige que indique qual(quais) foi(oram) a(s) associação(ões) onde andam a furar o protocolo e a acotovelar-se para ir, sendo certo que é uma afirmação de muito baixo nível e até uma falta de educação e de dignidade para com o cargo que exerce; qualquer cidadão pode ir a qualquer coletividade e é nessa qualidade que se inscreve, e fica sentado onde lhe indicam. Sublinhou que ficou à vista de todos que o Sr. Presidente, como não sabe responder às questões decorrentes da análise que fizeram ao documento de prestação de contas referente ao ano de dois mil e vinte e três, foi buscar contas dos anos noventa e, depois, sendo até desonesto intelectualmente, foi comparar coisas que não são comparáveis; no final dos anos noventa e início dos anos dois mil, as necessidades do território eram completamente diferentes; mal seria se a atual governação ainda tivesse que estar preocupada com situações que foram resolvidas, e bem resolvidas, ao nível das infraestruturas e dos equipamentos, na governação do PSD; os tempos eram outros, as prioridades também e o problema é que há quem não consiga perceber que assim é; já disse várias vezes ao Sr. Presidente que quem passa tanto tempo preocupado com o passado não tem capacidade, nem tempo, para olhar para o futuro e o planear; sobre a saúde financeira do Município, a dívida e tudo o mais, no próximo ponto da ordem de trabalhos, irão certamente reconhecer que é necessário contrair dívida para poder investir no território, tal como aconteceu na governação do PSD; foram executados muitos milhões de obra que tiveram essa componente de empréstimo e de dívida, como agora vai acontecer, com a diferença que, durante dez anos, não fizeram nada de significativo que implicasse essa necessidade e, agora que se vão propor a fazer alguma coisa, também vão contrair dívida; vai buscar o passado, mas nem sequer o faz como deve ser, porque, na zona industrial, por exemplo, vem à memória um investimento de centenas de milhares de euros ao nível de infraestruturas, passeios e tudo mais; fala no passado e que no passado já assim era, mas, aparentemente, candidataram-se para a mudança e a mudança foi fazer igual ao que estava; toda a conversa sobre o passado é para fugir a falar da governação atual, mas estão em funções há mais de dez anos, também já têm um passado, e muito grande, e não sabe se vão



poder sair com um grande orgulho desse passado; passam a vida a tentar desculpar ou camuflar a incapacidade, e, em certos aspetos, até incompetência, falam do passado como se fosse isso que estivesse em causa; não estão a analisar as contas de mil novecentos e noventa e sete, mil novecentos e noventa e oito ou dois mil, e essa obsessão do Sr. Presidente com o passado tira-lhe a capacidade de planear o futuro e, mais grave ainda, a noção da dignidade e da educação e respeito para com os outros eleitos; gostava mesmo que o Sr. Presidente concretizasse as acusações para que pudessem tirar as coisas a limpo, e quem os está a ouvir pudesse saber como é que as coisas se passam porque, mais do que questões políticas, são ofensas à honra e ao caráter dos vereadores do PSD. -----

**A Sra. Vereadora Ana Calado** referiu que, no meio de tanta provocação e tanta conversa de retórica, reteve a informação que a questão de Cardelas estava fechada e gostaria que pudesse haver informação sobre o que aconteceu e qual foi a conclusão. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** informou que a aquisição já não vai servir o propósito para a qual foi pensada, como já foi admitido várias vezes, em vários fóruns. Saliou que, se não respondeu a mais questões foi porque o Sr. Vereador Tiago Carrão só colocou a questão das despesas com o pessoal; o resto foram considerações da tal retórica ou do tal discurso redondo, e insinuações - insinuaram que havia associações com atrasos de pagamento em relação às atividades de enriquecimento curricular, mas não concretizaram, porque não é verdade, porque é fatural que, em regra, há vários anos, as associações de pais e as associações prestadoras dessas atividades recebem antecipadamente, no início de cada trimestre; respondeu a alguns dos argumentos porque esses sim são provocatórios, e outros, como a questão do entretenimento e das festas e festarolas, já não há paciência, mesmo da comunidade, para ouvir sempre o mesmo; sobre a presença nos eventos e tudo o resto, podem dizer o que quiserem, e fazer este número, mas é facilmente constatável que acontece, muitas vezes a pedido de terceiros, e até coloca constrangimentos aos dirigentes associativos, porque as pessoas não convidam partidos e o que se torna público na respetiva página, de forma inédita, é que o partido esteve no evento A ou no evento B da Associação C ou D. -----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que, se querem respeito, os Srs. Vereadores têm que se dar ao respeito; não podem dizer tudo o que lhes apetece, chamar-lhes arrogantes, dizerem que não têm uma política séria, que não são sérios, e esperar que fiquem calados; seriedade faz-se com seriedade e não podem dizer e insinuar o que lhes apetece, e, depois, não querer ouvir as respostas; política séria é o que se exige a quem está no ativo e na oposição. -----



21

**N.º 02 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 3.100.000,00€ PARA REQUALIFICAÇÃO DE VIAS E REABILITAÇÃO URBANA – autorização prévia -----**

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta a submeter à Assembleia Municipal para concessão de autorização prévia para a contratação de empréstimo, até 3.100.000,00€ (três milhões, cem mil euros), para requalificação de vias e reabilitação urbana, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 701/2024 e 705/2024 da Divisão Financeira. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as informações n.ºs 701/2024 e 705/2024 da Divisão Financeira, deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a contratação do referido empréstimo, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

O Sr. Vereador Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e as Sras. Vereadoras Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado apresentaram a seguinte declaração de voto: "Finalmente, ao fim de quase 11 anos, a governação municipal socialista descobriu que para fazer é necessário contrair empréstimos, ou seja, aumentar a dívida da Câmara Municipal de Tomar. Uma dívida que várias vezes a governação socialista tem criticado em relação aos mandatos liderados pelo PSD, esquecendo-se dos muitos milhões de obra feita. Não deixa de ser curioso o timing deste empréstimo, certamente a ter em conta as eleições autárquicas de 2025 e assegurando um rol de inaugurações. -----

Relembramos também o facto destas obras serem necessárias há vários anos, tendo sido até consideradas em orçamento, com valores bastante inferiores aos agora apresentados.-----  
Apesar disso, reconhecemos a importância destas obras e o impacto positivo que terão na qualidade de vida dos cidadãos, pelo que os Vereadores do PSD votam a favor."-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente** referiu que, no final do ano, foi solicitado ao Departamento de Obras Municipais um levantamento meramente técnico das prioridades de intervenção nas vias do concelho; a lista é maior do que aquela que está referenciada neste empréstimo, desde logo porque não quiseram alargar muito o valor global; hoje, a capacidade de endividamento é muito superior e tem vindo a aumentar, por via do pagamento dos empréstimos contratualizados noutros períodos – no início desta governação, o máximo que, se quisesse, o Município poderia ambicionar pedir como empréstimo eram novecentos mil euros; hoje, apesar das regras mais apertadas, poderiam chegar a um pedido de doze milhões, trezentos e vinte cinco mil euros – mas não querem, de um momento para o outro,



usar toda essa capacidade, e definiram este limite; muitas obras poderiam incluir, mas optaram pelas vias, porque não existem nem estão previstas outras formas de financiamento e, em muitos casos, se as obras de manutenção não ocorressem agora, a rapidez da degradação aumentaria, e também os custos da intervenção, e pela requalificação urbana, designadamente: no caminho municipal mil, cento e dezanove, entre a estrada municipal quinhentos e trinta e três, em São Pedro, e a estrada nacional trezentos e cinquenta e oito, em Quinta do Falcão, está em causa uma intervenção de fundo, cujo projeto está praticamente concluído; a reabilitação do Casal dos Frades, com o valor estimado por comparação com outras empreitadas, porque o projeto ainda não foi entregue, apesar de repetidas promessas; a rua José Tamagnini espera, há mais de cinquenta anos, para ser terminada, houve diálogo com os proprietários dos terrenos e está tudo resolvido para fazer a obra, e melhorar a mobilidade e as acessibilidades naquela zona da cidade; o caminho municipal mil e noventa e seis, entre a estrada municipal quinhentos e vinte seis, junto ao Prado, e a Soianda; a estrada municipal quinhentos e trinta traço três, entre a estrada nacional cento e dez, em Calçadas, e as Aboboreiras; a rua Miguel Maria Ferreira é talvez a artéria que está em piores condições na cidade, o que se pretende alterar, agora que estão estabilizados os abatimentos da conduta que a atravessa, em resultado de uma obra mal executada; o caminho municipal mil, cento e oito, liga os concelhos de Tomar e de Ferreira do Zêzere, e pretende-se que cada um dos municípios execute a sua parte do projeto; a Ponte de Vermoeiros está encerrada há vários anos e está a ser realizado o projeto para resolver a questão; muitas outras obras poderiam identificar, mas não está em causa qualquer distribuição de obras pelas freguesias, e muito menos por freguesias lideradas pelo partido A ou pelo partido B (se calhar, foi isso que fez com que, noutros tempos, estas obras não tivessem acontecido), e nada impede que, noutro âmbito, outras obras possam vir a ser consideradas, nomeadamente noutras freguesias, nomeadamente na área da saúde.-----

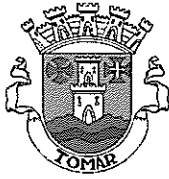
**O Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que é o Sr. Presidente quem faz insinuações, muitas vezes sem que se saiba a que propósito, como acabou de fazer quando disse que, noutros tempos, se calhar, a forma como se seleccionava onde se faziam as obras ... isso é que é insinuação, sem qualquer prova ou forma de corroborar, e lançar para o ar suspeitas sobre a capacidade, a competência e a honestidade de quem esteve a gerir antes dele, e isso não lhe fica bem, até porque, quando tenta falar do passado e pegar no rigor, nos números e naquilo que não domina, mete os pés pelas mãos; se gosta de falar do passado, deve ir estudá-lo como deve ser para poder dizer as coisas como deve ser; já não é a primeira vez que diz que



quando pegaram na Câmara a capacidade de endividamento era de novecentos mil euros, mas é mentira: a governação do PS iniciou funções em outubro de dois mil e treze, a prestação de contas referente a esse ano está publicada no site do Município e quantifica a margem do endividamento líquido em quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil euros. Sobre a proposta em concreto, referiu que já disse o essencial: na verdade, quem faz obra precisa de financiamento e de se endividar, e a maioria PS criticou tanto, e ainda critica, a dívida gerada pela governação do PSD, mas sempre se esqueceu dos milhões que foram investidos no território em infraestruturas, equipamentos, projetos e empreitadas, tão necessários ao concelho, e, agora, que se propõe fazer um conjunto de obras que são necessárias, algumas há muitos e muitos anos, necessita de contrair esta dívida, como necessitará se precisar de fazer outra(s) da mesma dimensão, sendo certo que ninguém se endivida por gosto, mas sim porque têm necessidade de fazer investimento, na expectativa de que ele traga algum tipo de retorno, seja ele financeiro ou na qualidade de vida dos cidadãos, que é o papel essencial de uma autarquia, mas também é preciso não esquecer que, para o ano, há eleições autárquicas, e este empréstimo irá dar muito jeito para poder haver obras para inaugurar. Perguntou se os valores indicados têm por base projetos que já existem para cada uma das obras, e têm algum rigor, ou se ainda são estimativas. -----

**O Sr. Presidente** referiu que ainda voltarão a falar das contas e do endividamento em dois mil e treze, sendo certo que se continua a querer ignorar os quatro milhões de euros de dívida que não estava contabilizada. Recordou, a propósito das insinuações, que a obra na estrada do Alqueidão foi uma das obras mais caras que já realizaram e todos sabem que não foi feita antes porque não dava votos, como disse muitas vezes, na oposição, e já como vereador, assim como a Ponte do Carril e a conclusão da estrada até à Serra eram territórios onde os votos estavam garantidos e eram poucas as pessoas a votar; mesmo sabendo que não ia ganhar nenhum voto com isso, esta governação fez essas obras, e dezenas de outras, que achou importantes, mas raramente inaugurou alguma. Esclareceu que os valores indicados são todos por estimativa embora, nalguns casos, como a Ponte de Vermoeiros e o caminho municipal mil, cento e dezanove, à partida, estejam próximos do valor da empreitada porque o projeto está praticamente concluído. Sublinhou que este é o primeiro passo para tentar obter este empréstimo, que se destina exatamente às obras elencadas, pelo valor máximo indicado para cada uma, e terá que ser submetido novamente à Assembleia Municipal, já com as propostas concretas dos Bancos. -----

### **N.º 03 - CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO E EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE**



24

## **SITO NA AVENIDA DONA MARIA II** -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta constante do ponto 04 da informação n.º 667/2024 da Divisão Financeira para efeitos da concessão do direito de uso privativo e exploração de quiosque sito na avenida Dona Maria II, tornejando para a Rua General Fernando de Oliveira, por concurso público, nas condições definidas no programa e caderno de encargos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à Assembleia Municipal os referidos programa e caderno de encargos, em conformidade com o ponto 4 da informação n.º 667/2024 da Divisão Financeira, para efeitos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** perguntou se há possibilidade de vir a acontecer com este quiosque o que aconteceu com o da Várzea Grande, que foi concessionado há mais de três anos e continua fechado. -----

**O Sr. Presidente** recordou que, entre outros, lançaram um procedimento de concessão/construção da cafetaria junto ao rio Nabão e de concessão da cafetaria da Cerrada dos Cães, e resolveram o problema da estalagem de Santa Iria, que estava nas condições que estava e, há dez anos, sem pagamento de renda, mas percebe que se foquem sempre naquele que tem tido um problema, sendo certo que o procedimento se iniciou em época de pandemia e só teve um interessado, que mantém a intenção de abrir a atividade (não conseguia que a E-Redes procedesse à ligação elétrica por falta de identificação do lugar de exploração, situação que julga estar ultrapassada). -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** perguntou se, neste quiosque, não se vai colocar a questão com a E-Redes, ou se já está resolvida. -----

**O Sr. Presidente** esclareceu que o quiosque da Várzea Grande fez parte da empreitada de requalificação e a questão técnica do contador não foi tratada autonomamente; neste caso, foi uma aquisição específica para instalação do quiosque e parte dos trabalhos, nomeadamente de infraestruturas de água e de eletricidade, foi feito por administração direta; o concessionário terá sempre que pedir a ligação à E-Redes, mas a questão técnica de identificação do contador está resolvida. -----

**Terminados os trabalhos, sendo onze horas e trinta e quatro minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.** -----





**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---**

---

---

*Avelina Maria Lopes Leal*